

# **O SARGENTO**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS  
Director: Álvaro Martins ● 0,75 € ● Ano XXI ● março/abril 2012 ● Nº 80

## **Com o associativismo sócio-profissional Contra o desmantelamento das FFAA Na defesa da Condição Militar!**



**Comemorações  
do Dia  
Nacional  
do Sargento**

Pág. 8

**Mais de um milhar de militares  
subscrevem queixa coletiva ao  
provedor de Justiça**

Pág. 5

**ANS marca Encontro Nacional**

Pág. 3

# O Futuro, Construímo-lo Todos os Dias!

*“A sociedade já não é o que foi,  
não pode tornar a ser o que era;  
mas muito menos ainda pode ser o que é.”*

**Almeida Garrett**

*“Viagens na Minha Terra”*

O ataque aos direitos e condições de vida de quem vive dos rendimentos do seu trabalho continua e aprofunda-se. O caminho traçado, no designado memorando do resgate, é percorrido sem descanso ou hesitações para com os mais fracos, nem que isso signifique conduzi-los à pobreza e à miséria, no dizer do primeiro-ministro “custe o que custar”.

Em paralelo, com os mais fortes e poderosos, o percurso é outro, atente-se no que veio recentemente a público - o duplo pagamento à Lusoponte, as excepções (agora eufemisticamente transformadas em adaptações) nos cortes salariais dos trabalhadores da TAP e CGD, ao despedimento do secretário de Estado da Energia, que segundo a comunicação social pretendia rever o pagamento do Estado à EDP por causa das energias renováveis - para uns é em frente e em acelerado porque a sacrossanta Troika assim o exige, para outros é quieto, paradinho, senão mesmo em sentido contrário, pois como é com os poderosos a Troika não se zanga! Nisto tudo, onde pára a equidade nos sacrifícios, a ética na austeridade, de que os governantes e seus apoiantes tanto falam?

Palavras bonitas que significam justiça na hora de nos convencer a aceitarmos resignadamente a destruição das nossas vidas, práticas diferentes na hora da implementação das medidas. Para uns sai sempre “a fava”; para os outros (os mesmos de sempre) sai “o brinde”. Pois, que disto da dita crise, também tem os seus beneficiários. Bom seria que assim não fosse porque, nesse caso, há muito que já não haveria crise.

Este caminho que nos conduz ao desastre económico e à perda de soberania não nos deixa outra solução que não seja a de resistir e lutar, como até aqui temos feito. Connosco estão os que não se resignam, os que não abdicam de Portugal, os que como Garrett em 1843 sabem que o Mundo, hoje, é diferente, mas que não pode ser o que é. Que não podem ser os mais fracos a pagar os devaneios dos poderosos.

Os portugueses têm o direito de viver com dignidade na sua própria terra. É este o futuro que temos de deixar aos nossos filhos. Um futuro de liberdade, justiça e equidade social.

Este futuro não é um sonho. Está nas nossas mãos, assim saibamos concretizá-lo. A sua realização, por vezes, passa por coisas tão simples como o rejeitar as propaladas “inevitabilidades”, não acreditar que um iluminado qualquer nos traga, servida numa bandeja, a felicidade. Passa por coisas tão simples como acreditar que coletivamente somos capazes de o alcançar.

É com esta convicção e determinação que temos resistido e lutado. É com esta firme coerência que partimos para a realização do VI Encontro Nacional de Sargentos. É com esta certeza solidária que encaramos o presente porque o futuro se constrói todos os dias.

Nesta construção ninguém te substitui, muito menos o fará por ti, por isso anda daí, junta-te aos construtores deste amanhã que nos pertence! ▲

# ANS marca Encontro Nacional!

A Direção da ANS decidiu, após analisar a situação socioprofissional da Categoria que representa, marcar o VI Encontro Nacional de Sargentos para o próximo dia 26 de maio de 2012, em Lisboa, em local ainda a confirmar.

Neste VI Encontro Nacional os Sargentos de Portugal discutirão um Caderno de Aspirações que elencará as propostas que, no seu entender, consideram ser a solução para a resolução dos diferentes problemas que afetam as Forças Armadas, a Condição Militar e as suas carreiras.

Decidiu ainda a ANS, sobre esta matéria, nomear uma Comissão Relatora dum anteprojecto de Caderno de Aspirações a debater no Encontro Nacional, um documento que se pretende de consenso e

que represente um fator de unidade para o futuro próximo.

A Direção da ANS decidiu, também, focar os seus esforços na mobilização dos Sargentos de Portugal, através dos seus núcleos de Norte a Sul, do Continente e Ilhas, e das Comissões Representativas dos Ramos (CPR).

O VI Encontro Nacional de Sargentos será um marco importante na gloriosa história destes 23 anos de existência da ANS, porque refletindo sobre o presente, alicerçados num passado que nos orgulha, forjaremos o futuro lançando propostas para a resolução dos problemas, em simultâneo com o delinear das ações de luta em defesa dos nossos direitos, da dignidade que reivindicamos, da Condição Militar e das Forças Armadas.

Por todas estas razões a participação de todos



neste Encontro não só é importante, como, tendo em conta os objetivos, é determinante.

Vamos coletivamente, com empenho e entusiasmo, confiança e unidade, participar em todas as fases, desde a preparação à concretização, deste que será sem quaisquer dúvidas um glorioso Encontro. ▲

## FAZ SEMPRE BEM RECORDAR!!!

# *Novo regime remuneratório... "é impossível de gerir!"*

A Associação de Sargentos afirmou que o regime remuneratório das Forças Armadas que entra em vigor em Janeiro é "absolutamente impossível de gerir do ponto de vista orçamental" e constitui "uma perversão" do conceito de antiguidade no posto.

Em declarações à imprensa, o presidente da ANS, António Lima Coelho, disse que o 'timing' de aprovação - 14 de Outubro - do decreto-lei do novo regime remuneratório "não é inocente" e foi feito "em cima do joelho" e "sem o respeito por todas as instituições que deveriam ter sido ouvidas".

"O novo regime foi feito numa altura eminentemente eleitoral e acaba por ficar à vista que está ferido de inúmeras dúvidas, erros e é de difícil gestão", acrescentou, con-

siderando que é um exemplo de "produção legislativa algo atabalhoada".

"Há quem diga, pessoas responsáveis dentro dos ramos, que este decreto-lei é absolutamente impossível de gerir sob o ponto de vista da quantificação orçamental", garantiu Lima Coelho.

Segundo o Diário da República, o documento foi aprovado a 20 de Agosto deste ano com a assinatura do primeiro-ministro e dos secretários de Estado Adjunto e do Orçamento, Emanuel Augusto dos Santos, e da Defesa, João Mira Gomes, tendo sido promulgado pelo Presidente da República a 02 de Outubro e publicado a 14.

O presidente da ANS, que recentemente esteve reunido com os grupos parlamentares do PSD, CDS-PP,

BE e PCP, faltando apenas o PS, afirmou que no documento produzido pelo Governo há "uma série de mecanismos que podem levar a que a promoção de um militar mais novo" obrigue ao reposicionamento na tabela "de todos os outros militares" da categoria.

Mas o presidente da ANS notou que estes só serão reposicionados "se houver autorização para tal, através de despacho conjunto do ministro das Finanças e do ministro da Defesa".

"Basta o ministro das Finanças dizer que não há autorização orçamental para não haver [reposicionamento]. Isto vem trazer uma perversão naquilo que as Forças Armadas reconhecem desde a sua origem que é o respeito pela antiguidade no posto", frisou. "Numa al-

tura em que ainda não há orçamento, em que os ramos se vêem numa situação terrível para concluir os anos, como é que um projecto destes pode começar a vigorar a 01 de Janeiro, com que condições e com que impactos. É aqui que ninguém consegue afirmar como vai ser feito", acrescentou.

Lima Coelho considerou ainda que a categoria de sargento saiu "lesada" com a nova legislação: "Poderá haver situações em que os militares, independentemente de terem um ou catorze anos de posto, são posicionados rigorosamente no mesmo nível remuneratório, sem respeito nenhum pelo tempo de permanência".

Texto publicado na edição n.º 73 do jornal "O Sargento", em Dezembro de 2009 ▲





# “TROIKA LUSITANA” CHUMBA AMNISTIA!

“**Q**uem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém?” Perguntas solenes da Presidente da Assembleia da República na hora das votações. Neste caso, relativamente às propostas de lei de amnistia apresentadas pelo Partido Comunista Português, pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, na sequência da petição apresentada pela ANS e apoiada por 4517 assinaturas de cidadãos.

As propostas de lei de amnistia foram discutidas e votadas na sessão plenária, do passado dia 2 de fevereiro, e pretendiam amnistiar as alegadas infrações disciplinares cometidas por motivo do associativismo representativo nas Forças Armadas.

Todas as propostas foram chumbadas com os votos do PSD, PS e CDS-PP, tendo os restantes deputados - PCP, BE e PEV - votado favoravelmente.

Na referida sessão plenária da Assembleia da República, a ANS fez-se representar, nas galerias, por uma delegação de quinze elementos dos seus órgãos sociais, estando também acompanhada por uma delegação de dirigentes da AP- Associação de Praças, assistindo “in loco” aos argumentos que ditaram o chumbo das propostas.

Uma vez mais, e pelos piores motivos, a “Troika Lusitana” funcionou em uníssono dando como

*“Não desistimos  
de ver ser feita justiça  
a todos os militares  
castigados  
por razão associativa”*

válida a informação do Gabinete do MDN, solicitada pelo deputado relator do Relatório Final da petição, “de não existirem processos pendentes ou já concluídos instaurados por motivo de associativismo representativo”.

Os grupos parlamentares que tomaram esta decisão fizeram-no conscientemente pois, umas semanas antes em audiências concedidas a pedido da ANS, tivemos a oportunidade de demonstrar exatamente o contrário, através da apresentação do teor das notas de punição aplicadas aos nossos camaradas. Com esses documentos ficava clara a falsidade da informação prestada pelo Gabinete do MDN à Comissão de Defesa Nacional. Este facto torna bem evidente que os motivos do chumbo das propostas serão outros que não os apresentados!

No final da sessão, os deputados António Filipe e Mariana Aiveca, dirigiram-se à delegação da ANS lamentando a derrota das propostas apresentadas. Na ocasião foi-lhes afirmado que derrotados são aqueles que desistem e que a ANS não o irá seguramente fazer. Quando oportuno voltaremos “à carga”, pois não desistimos de ver ser feita justiça a todos os militares castigados por razão associativa. ▲

# Mais de um milhar de militares subscreveu queixa coletiva ao Provedor de Justiça!

Uma queixa colectiva subscrita por 996 militares das Forças Armadas, à qual foram mais tarde acrescentadas algumas dezenas, foi entregue, no dia 2 de março de 2012, na Provedoria de Justiça.

Na queixa, os subscritores requerem que o Provedor de Justiça desencadeie os procedimentos e os meios ao seu alcance para verificação da legalidade, conforme à Constituição, adequados e suficientes à reposição da legalidade, manifestamente violada por acção do poder público.

A legalidade violada, invocada pelos queixosos, prende-se com as regressões recentemente concretizadas a cerca de 4 mil militares.

Pode ler-se no texto da queixa entregue:

*“Tomaram conhecimento da existência, nos três ramos das Forças Armadas, de listas fixando reduções de vencimentos na escala indiciária a cerca de quatro mil militares;*

*Verificam que não existe norma legal que habilite ou imponha a prática desses atos;*

*Recordam que tais militares já se encontram numa posição remuneratória superior há cerca de dois anos;*

*Constatam que a aplicação dessas listas abala a segurança individual e familiar dos militares, contraria o vínculo e expectativas estabelecidas, e contende com a coesão e a disciplina das Forças Armadas;*

*Alertam para a violação de disposições e princípios legais e constitucionais, que regem a atividade do Estado e dos seus Órgãos, nomeadamente da legalidade, da confiança, da proteção de direitos constituídos e da estabilidade dos atos administrativos.”*

No ofício de cobertura à queixa, entregue por uma delegação da ANS, a nossa associação salienta:

*“Durante o período de recolha das assinaturas anexas a esta ‘Queixa Coletiva’ foi publicado o Despacho n.º 2602/2012, no Diário da República de 22 de Fevereiro.*

*Este Despacho, para além de não salvaguardar a proteção de direitos constituídos e a estabilidade dos actos administrativos, afronta os direitos dos militares em virtude de se basear numa interpretação economicista que enferma de clara ilegalidade ao preterir uma formalidade essencial prevista no Código de Procedimento Administrativo, que é a audição dos interessados, que por sua vez merece proteção constitucional ao abrigo do artigo 267.º da Constituição da República Portuguesa.*

*Nos termos do n.º 5 do referido Despacho, o governo vem referir que, citamos, ‘não deverá haver lugar à audiência prévia nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 103.º do CPA, com fundamento no facto de estar em causa a necessidade de contenção da despesa pública, podendo a mesma comprometer a execução e utilidade do presente despacho’.*

*Ora, remeter para a alínea a) e b) do 103.º do CPA, com fundamento em contenção da despesa pública, é argumento que não colhe, vejamos:*

*Refere o artigo 103.º do CPA, sob a epígrafe ‘Inexistências e dispensa de audiência dos interessados’, que:*

*1 - Não há lugar a audiência dos interessados:*

*a) Quando a decisão seja urgente;*

*b) Quando seja razoavelmente de prever que a diligência possa comprometer a execução ou a utilidade da decisão.*

*São assim dois os critérios que o CPA prevê para a preterição desta formalidade essencial, pelo que é necessário compreender estes dois conceitos.”*

*No documento, a ANS faz a análise a este artigo do CPA, onde é possível ler-se:*

*“Da urgência*

*1) Em primeiro lugar, prevê o caso da decisão do procedimento ser ‘urgente’.*

*2) Nestes casos a urgência da decisão deverá reportar-se à situação objetiva que está sob apreciação e não à situação procedimental.*

*3) Estando em causa a preterição de uma formalidade essencial do procedimento, a posição da Administração não pode orientar-se por mero apelo a um princípio de celeridade.*

*4) Este justifica que a Administração formule um juízo de pertinência sobre a realização de certas diligências em função da sua utilidade para instrução, mesmo quando requeridas pelos particulares, mas não poderá constituir fundamento para que recuse o exercício de um direito procedimental de matriz constitucional.*

*5) A situação de urgência ocorre quando sobrevém a necessidade de atender a uma finalidade determinada que não seja possível cumprir se se levarem a efeito todas as formalidades normais do procedimento, o que não é manifestamente o caso.*

*6) O fator tempo, como razão justificativa da diminuição das garantias dos particulares processualmente previstas, deverá ser, pois, um elemento determinante e constitutivo do fim administrativo que se pretende prosseguir e não mera condição de rapidez ou eficácia do procedimento.*

*7) Não basta invocar a mera convicção subjectiva de que o processo é urgente, é necessário demonstrar que a decisão, pela sua própria natureza, assume esse carácter.*

*8) Ora, no caso em apreço, não resulta demonstrado a ‘urgência’ inerente ao procedimento, pois a ‘contenção da despesa pública’ é fundamento absurdo para a aferir da urgência deste tipo de procedimento.*

*9) Considerando a possibilidade de fixar com efeitos retroativos as medidas a aplicar, a urgência não é, no caso concreto, razão ou fundamento para deixar de ouvir os interessados.*

*Do comprometimento da execução ou utilidade da decisão*

*10) O segundo caso de inexistência de audiência dos interessados é aquele em que ‘seja razoavelmente de prever que a diligência possa comprometer a execução ou a utilidade da decisão’.*

*11) Nessa hipótese, a Administração terá que formular um ‘juízo de prognose’ quanto à possibilidade de a diligência, a efectuar, comprometer a utilidade da decisão ou a sua execução.*

*12) Esse juízo terá de fundar-se numa ‘razoável probabilidade’, visto a lei exigir uma razoabilidade de previsão do comprometimento.*

*13) Por outro lado, não basta que a realização da formalidade possa causar uma maior ou menor dificuldade na execução da decisão ou de algum modo afetar o seu efeito útil, é necessário que venha a impedir a execução ou a prejudicar definitivamente a sua utilidade, o que no presente caso não se verifica.*

*14) Não se vislumbra em que medida a audiência dos militares visados possa comprometer a execução da medida ou a sua utilidade, ou seja, a contenção da despesa pública.*

*Razões pelo qual, salvo melhor opinião, pensamos que esta preterição enferma de grave ilegalidade.”▲*

## ESTE TEM VOCAÇÃO!



# Associação Nacional de Sargentos

## Obra maior da Classe

Depois do 25 de Novembro de 1975, dezenas de Sargentos reúnem-se no princípio do ano de 1976, na Penalva, Barreiro, para analisar a sua situação e constatam que continuavam simples contratados a prazo, sem direitos, sem a dignidade respeitada e disseram: assim não!

E decidiram: *“Apelar a todos os sargentos para nos unirmos e com coragem, firmeza e determinação lutarmos pela defesa da dignidade e conquista dos direitos a que, como cidadãos, temos direito”*. A partir desse Encontro, os Sargentos, continuando a luta anterior, partem de novo, de forma autónoma, à conquista da dignidade e dos seus direitos.

Com esse objetivo foram sendo criadas várias Comissões: Comissão para defesa do 25 de Abril, comissões para comemorar e honrar os Heróis do 31 de Janeiro de 1891, comissões para a conquista de um estatuto, a comissão pró-estatuto, Comissão Nacional de Sargentos que, com vista à constituição de um órgão que melhor defendesse e representasse a classe, apresentou, no Encontro Histórico de 1 de Abril de 1989, em Sacavém, onde participaram mais de 4 mil Sargentos, a proposta de criação da Associação Nacional de Sargentos (ANS).

Aprovada, nesse Encontro Histórico, a Constituição da ANS, os seus dirigentes, ao longo destes já quase 23 anos de existência legal, jamais deixaram de pautar a sua ação, pela defesa do principal objetivo da Associação: **a defesa da dignidade e direitos dos Sargentos**.

O que tem sido esse percurso está bem plasmado no seu lema: *“Quão difícil nos temos movido”*. Sim, de facto, assim tem sido para os Sargentos, tanto antes, como depois da constituição legal da ANS. Mas hoje, perante a mais grave ofensiva desencadeada contra os militares, nós, se quisermos de facto defender a dignidade e os direitos, que com tanta luta conquistámos, não temos outra alternativa senão lutarmos em perfeita unidade com a ANS.

A categoria de Sargentos, pelo seu número, pelo lugar que ocupa na instituição, é uma força importante no seio das Forças Armadas. A experiência já nos ensinou que, quando unida, determinada e dirigida corretamente, se transforma numa grande força, capaz de minimizar ou mesmo travar golpes que lhe pretendam desferir, ou até de impedir que a Ins-



tuição militar se afaste do rumo que a Constituição da República Portuguesa determina.

Entretanto, esta situação só se verifica em determinadas alturas e condições. Só quando a classe toma consciência dos problemas e acredita na possibilidade da solução, é que decide participar na sua resolução.

Mas, para que tome consciência dos seus problemas e direitos e acredite na solução, é preciso haver um mínimo de organização, uma estrutura que diariamente a esclareça e organize, lhe dê consciência dos problemas, a vá mobilizando e preparando para esse objetivo. Sem isso, poderá haver alguma ação ou movimento mais ou menos espontâneo, mas logo esmorece. Só uma estrutura sólida poderá dar continuidade à ação. Hoje, os Sargentos têm essa estrutura, tem a sua ANS, que tem dado e continuará a dar provas de continuidade à ação da classe.

É a consciência e o conhecimento da sua importância, para a defesa dos nossos direitos e interesses, que tem levado os governos a resistirem ao seu reconhecimento e funcionamento, “decretando” que não durava 6 meses, ameaçando, castigando e prendendo os seus dirigentes, pedindo pareceres com vista à sua ilegalização, e se mais não fazem, é porque receiam a unidade e determinação dos Sargentos na defesa da sua Associação.

A ANS é obra da categoria de Sar-

gentos, criada com muito trabalho, suor e lágrimas, construída com as ideias, os contributos e participação de todos os que nela quiseram participar e participam, por isso é uma associação unitária, independente e autónoma para defesa de todos os Sargentos. Hoje é uma grande associação, uma Instituição prestigiada e reconhecida na Instituição Militar, no País e mesmo internacionalmente por via da intensa e elevada participação nos diversos fóruns promovidos pela EUROMIL (Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares), da qual é também parte integrante e dirigente.

Este seu prestígio não caiu do céu nem foi forjado de geração espontânea. É obra do esforço, da luta de muitos Sargentos, de dirigentes dignos e honrados, que têm resistido a todos os ataques e calúnias, incompreensões e castigos (só nos governos de José Sócrates foram levantados mais de 50 processos disciplinares). Dirigentes que não se envaideceram com as vitórias, nem desistiram perante as dificuldades, colocando sempre em primeiro lugar a defesa dos interesses de todos os Sargentos.

Continua a ser-nos vendida, em campanhas exaustivas, a falsa ideia de que não há alternativa a este rumo de desastre. Mentira! Sabemos, que só para a morte é que não há alternativa. Em democracia há sempre alternativa.

Hoje, no quadro em que vive a

Instituição Militar e o País, quando se fazem cortes nos vencimentos, quando se roubam os subsídios de férias e de Natal, quando se ameaça acabar com o serviço de saúde militar, quando se pretende fazer regressar mais de quatro mil militares para os vencimentos de 2009, quando os produtos de primeira necessidade sofrem aumentos escandalosos e quando se assiste a declarações tão graves como as que foram proferidas pelo atual responsável da pasta da Defesa Nacional quando afirmou que *“as forças Armadas, como existem, são insustentáveis”*, a ANS e as outras associações socioprofissionais tornam-se pilares indispensáveis, não só para a defesa dos direitos dos militares e das Forças Armadas, que a Constituição da República Portuguesa consagra, como da própria defesa da Democracia Portuguesa e do Portugal Democrático.

Por isso, os Sargentos, hoje, mais do que nunca, não têm outro caminho senão lutar e defender a ação desenvolvida pela sua associação, a ANS, bem como apoiar os seus dirigentes dos ataques do governo e de quem o defende, pois só assim esta poderá continuar, como o tem feito, a defender os direitos e a dignidade de toda a categoria dos Sargentos de Portugal.

Viva a ANS!

Manuel Custódio de Jesus  
SMOR na Reforma ▲

# Defender a Liberdade no Portugal de Abril

Com o 25 de Abril, um momento maior da história e da luta do Povo português, conquistámos a liberdade e abrimos as portas para profundas transformações na vida nacional. Ao derubamento do regime fascista, sucedeu-se o lançamento das bases fundamentais de uma democracia integrando, completamente, as vertentes política, económica, social e cultural - uma democracia amplamente participada e conjugada com uma inequívoca afirmação de defesa da independência e soberania nacionais.

O regime democrático assim moldado foi consagrado na Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976 - sem dúvida um dos textos constitucionais mais avançados e progressistas da Europa.

Sabemos que, de então para cá, com responsabilidades e complicitades de diferentes Governos e Presidentes da República, a Constitui-

ção, não só não foi cumprida, como ainda desfigurada, por sucessivas revisões, em muitos dos seus aspetos fundamentais. E sabemos que, apesar disso, o cumprimento do atual texto Constitucional, continuando a contemplar um inequívoco projecto democrático, constitui a mais sólida garantia para defender a liberdade e o regime democrático, para projetar a defesa dos interesses do Povo e do País.

Neste novo século, 38 anos depois do Dia da Liberdade, é tempo de refletirmos sobre o caminho percorrido desde então e sobre a situação hoje existente.

Se em muitos planos vivemos hoje profundas inquietações na evolução do país, é na democracia social e económica, nas condições objetivas de vida das populações, no desemprego, nos baixos salários, no trabalho precário, nas reformas e pensões de miséria, nas desigualdades sociais, na destruição de serviços públicos e do carácter universal do direito à saúde, ao ensino e à segurança

social, que mais se faz sentir a degradação do regime democrático e que o colocam em perigo.

Situações essas que caminham a par e passo, com crescentes limitações aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, cujo exercício pleno se encontra cada vez mais vigiado e condicionado, quer nas muitas formas de organização e intervenção política e social, quer no acesso à informação, à cultura e à liberdade de expressão.

Paralelamente, assiste-se a uma poderosa operação de branqueamento da história e da natureza do regime fascista, de ocultação dos seus crimes, de perigosa tolerância por parte das autoridades ao surgimento e intervenção pública de organizações de claro carácter fascista, violando a Constituição da República.

Em simultâneo, atacam-se todos aqueles que ousam resistir aos ataques aos seus mais elementares direitos, com recurso aos meios que a Constituição da República lhes confere para fazerem política. Como se

de um crime se tratasse!

O objectivo é claro: condicionar quem se opõe à destruição do regime democrático saído da Revolução do 25 de Abril de 1974, lançar o anátema para melhor desferir os seus golpes e limitar a natural resistência dos que não se conformam e nem se resignam à inevitabilidade de terem de viver sem futuro, de terem de abdicar de Portugal!

Nós fazemos parte dos que não se deixam condicionar, dos que não se resignam. Por isso fazemos política, porque político é tudo o que à vida diz respeito. Fazemo-lo com elevado sentido de responsabilidade e ética, no escrupuloso respeito pela Constituição da República Portuguesa e, por isso mesmo, recusamos a "politiquice"!

É com esta transparência e frontalidade, com esta coerência de princípios, com este inequívoco apego à liberdade que defendemos os nossos direitos e o Portugal de Abril!

Álvaro J. F. Martins ▲





# COMEMORAÇÕES DO DIA

## Firmes e decididos para defender a Condição Militar

**E**m cerca de vinte localidades do Continente e Ilhas<sup>(1)</sup> decorreram durante duas semanas as comemorações do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”. Traço comum em todas estas iniciativas, a que se juntam as realizadas em Moçambique, no Afeganistão e no Kosovo (estas chegaram ao conhecimento da redacção de “O Sargento”), e as que tiveram lugar nas unidades militares, prende-se com o imenso orgulho de ser Sargento, de servir Portugal nas Forças Armadas. Este sentimento gregário é uma marca essencial que caracteriza, ano após ano, estas comemorações.

Mais de dois mil Sargentos participaram com entusiasmo, homenageando os Heróis do 31 de Janeiro, mas simultaneamente refletindo e discutindo o presente, os problemas que os afectam.

Dando um cunho de unidade a todas as realizações foi lido um texto comum. Do texto lido no ato comemorativo desta data que decorreu em Lisboa, no Largo do Camões, no sábado, 28 de janeiro, destacamos algumas passagens. Na fase inicial da leitura do texto e caracterizando a situação que levou à revolta lia-se:

*“A situação económica era de bancarrota eminente. As condições sociais da população em geral degradavam-se dia a dia e eram já de autêntica miséria, ao contrário da vida faustosa de uma elite que gravitava na área da governação e da coroa.”*

*“No seio das Forças Armadas reinava a indignação e a insatisfação alastrava. A indignação, por se verem os valores nacionais rendidos às exigências estrangeiras estando a própria soberania ameaçada. A insatisfação, porque as perspectivas e promessas de promoção das classes mais baixas esbarravam na incredulidade de se verem ser atribuídas vagas destinadas a sargentos a mais oficiais.”*

O texto, a dado passo, compara as situações de hoje e de há 121 anos: *“Estamos também hoje e aqui, a assinalar e a comemorar o “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”.*

*Estamos igualmente a fazê-lo com o nosso orgulho nacional ferido, face às exigências impostas por organismos estrangeiros, em que a soberania e independência nacionais estão claramente postas em causa, e sem que se veja qualquer tipo de responsabilização ser imposta aos agentes causadores do estado a que chegámos.*

*Estamos a fazê-lo com a insatisfação própria de quem, a par com os seus concidadãos, vê a sua vida social, familiar e profissional seriamente agravada em cada dia que passa, com a imposição de mais e mais sacrifícios, quando ao mesmo tempo assistimos a uma distribuição injusta e pouco ética desses mesmos sacrifícios, que não recaem de forma equitativa e proporcional sobre todos os portugueses e muito menos sobre aqueles que mais responsabilidades detêm no estado de coisas a que o Estado chegou e que continuamente nos impõem mais e mais exigências e sacrifícios.”*

E, recordando algumas palavras do nosso Hino Nacional, o texto termina:

*“Heróis do mar, nobre povo... levantai hoje e de novo o esplendor de Portugal. Entre as brumas da memória... sente-se a voz... que há-de guiar-te à vitória... Sobre a terra e sobre o mar... Pela Pátria lutar!...”*

*“Porque é importante que pela Pátria se continue a lutar, contra esta política insensível aos apelos dos nacionais mas subserviente a interesses estrangeiros, que a continuar nos conduz para o abismo, queremos reafirmar como patriotas, a nossa solidariedade ao povo de que somos filhos e a todos os nossos cidadãos, que embora sofrendo as consequências de tal política, conseguem enfrentar com dignidade, confiança e determinação, essa enorme ofensiva dirigida às suas condições de vida e aos seus mais elementares direitos, em benefício de um reduzido grupo de poderosos. Sabemos encontrar os caminhos e tomar as posições necessárias para preservar o respeito e reafirmar a confiança que os cidadãos portugueses devem e querem continuar a ter nos seus militares.”*

*Nós, os sargentos, temos bem presente a experiência e o conhecimento que a vida nos tem ensinado: quando unidos e determinados tornamo-nos numa força poderosa capaz de travar os ataques que nos pretendem desferir. Estejamos, pois, prontos para continuar firmes e decididos neste rumo de defesa dos nossos direitos”.*

(1) Locais onde se comemorou o “31 de Janeiro”:

Funchal, Lamego/Vila Real, Castelo Branco, Lisboa, Tavira, Foia, Beja, Porto, Évora, Chaves, Entroncamento, Estremoz, Leiria/Monte Real, Viseu, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo. E ainda em: Moçambique, Afeganistão, Kosovo. ▲



Comemorações do 31 de Janeiro, no Largo do Camões, em Lisboa



# NACIONAL DO SARGENTO



De cima para baixo, concentração em Beja e comemorações do Dia da Sargento em Évora e no Porto

De cima para baixo, comemorações do Dia da Sargento no Entroncamento, Funchal e Viseu



# COMEMORAÇÕES DO 121º ANIVERSÁRIO DO “31 DE JANEIRO DE 1891” NO PORTO

## Romagem ao Cemitério do Prado do Repouso

Comemora-se hoje mais um aniversário, o centésimo vigésimo primeiro, da Revolta do 31 de Janeiro. Esta data é evocada normalmente como o primeiro levantamento nacional contra o regime monárquico, sendo ponto de referência obrigatório durante a longa ditadura, pois lembrá-la e saudá-la era um acto de protesto e combate que se desprendia da sua espantosa actualidade.

Poucas vezes ressaltou, no entanto, aquela classe de militares que tinha iniciado a Revolta, lhe dera corpo e soubera defender a dignidade do seu gesto nos momentos de adversidade - os Sargentos da Guarnição do Porto.

Vista de um modo geral, conclui-se que essa revolução foi de inspiração e aspiração Republicana e também foi, por um lado, o remate da grande emoção nacional suscitada pelo Ultimato Inglês de 11 de Janeiro de 1890 e, por outro lado, uma expressão de ódio contra as Instituições do poder que o Povo, em geral, responsabilizava pelo descrédito e fragilidade política, económica e social da Nação.

Efetivamente, o Ultimato da Inglaterra e a vergonhosa submissão do governo de Portugal às imposições da sua velha aliada, desencadearam de imediato, de Norte a Sul do País, uma imensa explosão de cólera contra os Ingleses, mas também, e sobretudo, contra a Coroa e Governo Na-



cionais, cujo regime, ruinoso, corrupto e à beira da bancarrota, representava para o Povo, o réu, o culpado, de todos os vexames porque estava a passar a Nação Portuguesa.

Também em 2012, o Povo Português, volta a estar sujeito à submissão da Troika, em que mais uma vez, perdemos a Independência, e o que é mais grave, é que foram aqueles que

conduziram o País a uma dependência total, que ajudaram o FMI e o BCE a receitarem ao País um empobrecimento do seu nível de vida acima das suas posses.

Por que razão é que esses Senhores não comprometeram os gestores públicos e privados, que durante 30 e tantos anos, sugaram vencimentos chorudos, não se responsabilizando pelos passivos das empresas?

Quem são os fazedores de opinião que intervêm na comunicação social e em tudo o que é influente?

São quase todos antigos ministros e secretários de Estado da Troika Nacional, que ajudaram a empobrecer o País, mas no sentido inverso fizeram aumentar as fortunas pessoais. Como tudo isto não chegasse, as Troikas nomearam alguns gestores com estatuto especial auferindo remunerações entre 30 e 40 mil euros mensais, sendo isto de considerar uma provocação, a quem vive honestamente com algumas centenas de euros durante 30 dias.

Povo acorda, intervém, vai à luta e defende os teus interesses!

Viva o 31 de Janeiro, viva os heróis vencidos!

Viva Portugal!

**Intervenção do SMOR Aparício Santos, presidente do Clube dos Sargentos do Exército ▲**

## “Secretas” vigiam Comemorações do “31 de Janeiro”!

Na tarde soalheira, ótima para um passeio com os filhos ao Jardim Zoológico de Lisboa, em que comemorávamos no Largo de Camões o “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”, fomos “honrados” com a presença de dois improvisados fotógrafos das “secretas”.

O director do nosso jornal, alertado para o facto, quando procedia à distribuição da edição n.º 79 de O Sargento, dirigiu-se aos “fulanos” oferecendo-lhes um exemplar. Descobertos os “mal disfarçados agentes”, de máquina fotográfica em punho, nem reagiram. Mais pareciam dois meninos, quando apanhados pelos pais, a irem sem autorização à caixa das bolachas.

Se não fosse um assunto demasiado sério, dava mesmo para rir! Quem lhes encomendou a tarefa?

Fosse quem fosse, a tutela das secretas cabe ao primeiro-ministro. Que responda então!

Quem estava naquele largo de Lisboa era gente de bem, gente que jurou, perante a Bandeira Nacional, defender a liberdade. Não necessitam de ser vigiados. Com toda a certeza dizemos, não é esta a gente que necessita de ser vigiada!

Esta afronta às liberdades de reunião e manifestação não é desculpável com o “Memorando da Troika” nem com a luta anti-terrorismo. Só se compreende pelo temor atávico que o exercício dos direitos de cidadania e das liberdades inflinge a estes governantes.

Os Sargentos de Portugal ficaram credores de uma explicação e, no mínimo, de um pedido de desculpas formal. ▲



# Encerramento das Comemorações do “31 de Janeiro” na Ilha Terceira, Açores

Na Ilha da Terceira, no Parque de Merendas do Monte Brasil, em Angra do Heroísmo, no domingo dia 5 de fevereiro, comemorou-se o 121º aniversário da Revolta do Porto, de 31 de Janeiro de 1891, primeira tentativa de implantação da República. Nestas comemorações juntaram-se Sargentos da Base Aérea nº 4, Sargentos do Regimento de Guarnição nº 1 e respetivas famílias, num clima de grande camaradagem, alegria mas também de apreensão face às dificuldades sentidas.

Frederico Neto, delegado da Associação Nacional de Sargentos (ANS) na Base Aérea nº 4, deu início à reunião. Agradeceu a presença dos camaradas e respetivas famílias e a ajuda na organização do evento de todos quantos se disponibilizaram para levar a bom termo esta iniciativa. Apresentou uma nova delegada da ANS, Verónica Bessa, e passou a palavra a Lima Coelho, presidente da Direção da ANS.

Lima Coelho salientou ser ali, naquela mui nobre e resistente cidade de Angra do Heroísmo, que terminaram, este ano, as comemorações do Dia Nacional do Sargento. Seguidamente apresentou as datas e locais onde decorreram outras comemorações, reforçou o esforço de muitos militares em assinalar e comemorar esta data dando o exemplo das comemorações em Chaves por iniciativa do Sargento-Mor do Regimento, dos camaradas destacados em Cabul e Maputo, entre outros exemplos. Deu uma palavra de apreço aos familiares presentes e leu o texto comum lido em todas as comemorações, texto que faz o enquadramento histórico do que foi o 31 de Janeiro de 1891 e as condições que temos hoje.

Seguidamente começou por relembrar a todos os presentes a importância do juramento que fizemos em defesa da Pátria, mesmo com o sacrifício da própria vida, sendo esta condição que nos distingue dos demais funcionários públicos. Chamou atenção para as afirmações na última semana à comunicação social do Ministro da Defesa Nacional, que distorcem a realidade, como por exemplo, as notícias que têm saído na comunicação social sobre o corte do feriado de 5 de Outubro.

Uma jornalista questionou Lima Coelho sobre a sua opinião quanto ao corte deste feriado, à qual respondeu que, “*como militar que jurou defender a bandeira e a República faz todo o sentido continuar com esta data*”. No dia seguinte saiu na comunicação social que os Sargentos iriam manifestar-se contra os cortes nos salários e o corte do feriado de 5 Outubro!... Passados

dois dias, o MDN diz que os sargentos não têm nada a ver com o corte dos feriados e para deixarem a política para os políticos, tentando assim envenenar a opinião pública. Não se confunda a mente das pessoas! Nós,

cebe porque não o faz e alimenta estas notícias na comunicação social.

Desde o primeiro minuto que a ANS contesta o Decreto-Lei 296/2009, de 14 de Outubro, por considerar que acentua a desigualdade entre

cação. Deparamos, então, com um Governo que assume que na origem do problema existem omissões regulamentares de quem tinha responsabilidade na matéria, omissões estas que influenciam a vida de 4000 militares. Inicialmente falava-se de cerca de 6000 militares mal “colocados” na tabela remuneratória, mas após uma reunião dos Chefes Militares e o MDN, a 30 de Dezembro de 2011, este número desceu para os 4000 militares. Em consequência desta reunião, no início de janeiro, o General CEMG-FA convocou os presidentes das três associações (Oficiais, Sargentos e Praças), na qual afirmou estar satisfeito por se ter chegado a um “bom negócio”.

É com preocupação que assistimos a estas “negociações” que nos têm trazido penalizações. Como as que se avizinham nos próximos meses. Em fevereiro, a cerca de 4000 militares, vai ser reduzido o valor remuneratório sem que estes tenham tido qualquer responsabilidade na matéria, resultando injustiças de maior desigualdade entre militares com a mesma antiguidade. Em março, mais um agravamento, por via do alegado acerto do desconto para a ADM.

Foi igualmente referida a medida contida no Orçamento do Estado, que prevê a redução das indemnizações resultantes do óbito do cônjuge do militar.

Os nossos Chefes militares estão pouco sensíveis para as dificuldades que os seus subordinados passam, com os consecutivos cortes, e que existem famílias que têm de escolher entre dois filhos qual deles pode continuar no ensino superior.

Lima Coelho anunciou que a ANS está a preparar uma queixa coletiva ao Provedor de Justiça e para cujo apoio se fará uma recolha de assinaturas. Anunciou, ainda que no dia 16 de fevereiro a ANS entregará na residência do primeiro-ministro um documento em que expressa as preocupações. Apelou, ainda, para que haja uma concentração no momento da entrega para dar apoio, com rigor e sem ferir os princípios militares.

Para terminar, apresentou uma boa notícia: a sede nacional da ANS, durante este ano, ficará totalmente paga e passa a ser património dos Sargentos, notícia recebida com muito orgulho.

Deu-se a oportunidade aos militares presentes para falarem e debater ideias.

Seguiu-se um almoço convívio com os militares e as famílias presentes.

*Os Delegados da ANS na BA4 - Açores* ▲



militares, somos instrumentos militares na defesa da República, não fazemos política partidária. Na única audiência concedida à ANS pelo MDN, os dirigentes associativos afirmaram que “*mesmo na discordância falamos franca e lealmente*” afirmação com que o MDN concordou, dizendo ainda querer manter uma relação institucional elevada. Só não se per-

classes e que serviu para um aumento efetivo de alguns ordenados através da atribuição das despesas de representação, ficando deste modo um grupo exclusivo de oficiais equiparados a funcionários públicos. Na sequência da implementação deste Decreto-lei, veio a Inspeção-geral de Finanças alegar que houve irregularidades e/ou ilegalidades na sua apli-



## CSA - Clube do Sargento da Armada comemorou o 37.º aniversário

O CSA comemorou o 37º aniversário da sua existência, no passado dia 22 de fevereiro, na sua sede social em Lisboa. Esta cerimónia contou com a presença do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Saldanha Lopes, acompanhado por mais três oficiais do seu gabinete. A este ato comemorativo estiveram presentes representantes do movimento associativo socio-profissional militar, do movimento associativo popular, do poder autárquico e da massa associativa. A ANS fez-se representar pelos presidente e vice-presidente da Direção, respetivamente Lima Coelho e Luís Bugalhão.

No decorrer da cerimónia foram entregues diplomas e distintivos do CSA em prata, para os sócios que completaram 25 anos de ligação ao CSA. O vice-presidente da ANS foi um dos agraciados com este reconhecimento.

Depois das intervenções do presidente da Direção do CSA, Albano Ginja, dos convidados que desejaram usar da palavra, encerrou a cerimónia o Almirante CEMA. A defesa dos

valores e dos princípios perseguidos pelos militares, o exemplo do trabalho feito pelo CSA no plano associativo, cultural e enquanto veículo de afirmação dos direitos de cidadania e na ligação com a chamada sociedade civil foram pontos comuns nas diversas intervenções. Foi igualmente reforçada em várias intervenções a necessidade de defesa da Condição Militar.

No final das intervenções foram os presentes brindados com uma atuação do Coro Polifónico do CSA que, apesar das difíceis condições do espaço para aquele tipo de desempenho musical, não deixou de fazer o esforço e de agradar a todos quantos tiveram a oportunidade de partilhar aquele belo momento cultural. A comemoração terminou com um Porto de Honra e com o bolo de aniversário.

O jornal "O Sargento" deseja a todos os elementos dos órgãos sociais do CSA, a toda a massa associativa e respetivas famílias, os votos de longa vida e de bom trabalho em prol dos Sargentos, das Forças Armadas e de Portugal. ▲

## Clube de Sargentos da Base Aérea n.º 1 promoveu jantar convívio



## Associação de Praças comemorou o 12.º aniversário

A Associação de Praças - AP comemorou o seu 12.º aniversário, no passado dia 29 de fevereiro, na Casa do Alentejo, em Lisboa.

Na presença de muitas dezenas de elementos da sua massa associativa e inúmeros familiares, a cerimónia comemorativa decorreu num ambiente de muita partilha, de intensa camaradagem, solidariedade mas também de muita preocupação face ao quadro sociopolítico que atravessamos. Essas preocupações ficaram bem patentes, não apenas nas intervenções dos dirigentes da AP, bem como nas palavras de todos os associados que entenderam intervir.

Na ocasião, a Direção da ANS

enviou uma mensagem de solidariedade para ser transmitida pelo presidente da AP a toda a sua massa associativa. Embora este evento não tenha tido convidados pois, por decisão da AP, foi dirigido exclusivamente aos seus associados e familiares, a ANS não deixou de partilhar mais este momento de aniversário para saudar aqueles que com tanta perseverança, coragem e elevado sentido do dever se têm batido pela defesa da Condição Militar.

A Direção do jornal "O Sargento" endereça aos órgãos sociais da AP, a toda a massa associativa e respetivas famílias, votos de sucesso nos objetivos perseguidos. ▲

Os membros da Direção do Clube de Sargentos da Base Aérea n.º 1, em Sintra, com a anuência do comando da unidade e com o apoio dos sargentos da unidade decidiram, em boa hora, promover um jantar convívio nas instalações do clube, o que veio a ocorrer na noite do passado dia 7 de março.

Neste jantar temático as mesas estavam todas identificadas com os nomes dos diversos canais de televisão. Durante o evento foi sorteado um televisor.

O convívio foi anorado por um duo de excelentes músicos, proporcionando momentos de muito boa disposição com a participação espontânea de diversos camaradas.

Os clubes têm uma longa tradição de serem locais de convívio, tertúlia, par-

tilha de culturas e debate de ideias. Saúda-se esta iniciativa pelo que significa de trazer de volta a este tipo de locais o espírito do convívio saudável entre militares, respetivas famílias e amigos.

Estão de parabéns os elementos da gerência do Clube de Sargentos da Base Aérea n.º 1, em Sintra, bem como todos os sargentos daquela unidade militar, que no quadro de dificuldades que os portugueses atravessam, não cruzaram os braços, não se remeteram para a lamúria inconsequente, antes se organizaram permitindo que o convívio fosse acessível a todos quantos quiseram participar, com grande dignidade, reforçando a convicção de que a obra dos Sargentos é para defender e continuar! ▲

Tribuna LIVRE

# Fazer a crónica do que está bem...

## E não só!

No passado dia 7 de março, na sequência da audiência com o Presidente da República, o General CEMGFA afirmou à imprensa “vamos fazer a crónica do que está bem, não façam só a crónica do que está mal, façam a crónica do que ainda está bem, que é muito, e não se deixem turvar por questões que têm de ser resolvidas, não são periféricas, mas há outras mais importantes e essas nós estamos a fazer bem nas Forças Armadas” (Diário de Notícias - 8MAR12).

Genericamente estamos de acordo com esta afirmação/apelo e a própria ANS, que representa os seus associados no universo dos Sargentos de Portugal, tem sido desde há muitos anos portadora dessa mensagem (ver, por exemplo, na edição anterior deste jornal o artigo “O Bom Desempenho da Missão”, entre outras tomadas de posição pública).

Não fosse o bom desempenho dos militares na sua missão primária de defesa militar da República e de apoio aos cidadãos e muito provavelmente não poderíamos ler, ver ou ouvir na imprensa (regional, local, nacional) o caso da mãe que teve gémeos nascidos em ilhas diferentes dada a pronta intervenção da FAP (Açoriano Oriental - 8MAR12), ou o facto do Regimento de Infantaria 14 vir a ser agraciado com a Ordem Militar de Avis como reconhecimento do trabalho realizado diariamente pelos militares daquela unidade, não só em Viseu, mas também um pouco por todo o mundo, nos diferentes teatros em que os “Viriatos” se têm destacado (Diário Regional Viseu - 12MAR12), ou para além da permanente fiscalização, socorro e assistência em pleno mar, as missões de estudo e investigação que a Marinha tem vindo a prosseguir com os seus meios próprios e com reconhecido mérito e competência (Diário de Notícias - 16MAR12).

Para que esta realidade continue a existir e se reforce, é importante que alguém perceba que “um dia virá em que o papel das Forças Armadas voltará a ser absolutamente essencial. E aí já não será para garantir missões longínquas. Será para preservar a riqueza e a integridade de um território que, no caso de Portugal, é estratégico e vastíssimo em termos de cobertura marítima e seguramente de riqueza inexplorada nessa plataforma. A potencialidade dos nossos recursos torna este pequeno país um ponto de mira a médio prazo. É evidente que é preciso olhar para estas circunstâncias com a calma e a ponderação que as questões de sobrevivência comportam. Não se trata de equipar os militares como se estivéssemos à beira de uma guerra. Trata-se, pura e simplesmente, de ter a

consciência de que o desmantelamento sistemático do aparelho de defesa nacional constituirá a médio prazo um verdadeiro crime de lesa-pátria. Dizer isto não é ser militarista. Também não é nacionalismo barato. Pelo contrário. É ter noção de que o todo nacional só será beneficiado com a existência de uma política clara e definida que acautele o futuro. Discutir o papel dos militares e o conceito de defesa nacional futuro como hoje se faz é de uma aterradora falta de visão política. O mundo está outra vez a mudar e não é para melhor. Importa ter sempre presente esta nova realidade”, como diz o jornalista Eduardo Oliveira Silva (jornal “i” - 29FEV12).

Para que se continue a fazer a crónica do que está bem, e não querendo enveredar pela crónica do que está mal, é importante que os responsáveis (políticos e militares) zelem para evitar ou não permitir que se materializem as condições que levam a ver o Estado penhorado para pagar dívida de 5000 euros a ex-militar em acção interposta por advogado de Guimarães (Diário do Minho - 10MAR12); que se tragam centenas de operários e seus familiares (num universo de milhares de portugueses) assustados com o horizonte trágico de despedimentos na indústria de construção naval nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e nos Estaleiros do Alfeite (Diário de Notícias, Jornal de Notícias, jornal “i” - 6MAR12).

Corroborando os nossos alertas, é um excelente testemunho ver a preocupação expressa pelos deputados do PSD eleitos pelos Açores, Mota Amaral, Joaquim Ponte e Lídia Bulcão (que não acreditamos estarem a ser “instrumentalizados”) ao quererem saber se no futuro será considerada a redução do número de navios destinados a patrulha oceânica e à salvaguarda da vida no mar da Região... e saber se será afetada a fiscalização da actividade de pesca ilegal por frotas estrangeiras nas águas da Zona Económica Exclusiva... ou a eventual retirada ou diminuição “ao mínimo”, dos helicópteros e respetivas tripulações que “tantas vidas têm salvo, transportando doentes em perigo para os hospitais mais habilitados” (Açoriano Oriental 13FEV12).

Não basta haver a inquestionável vontade para fazer a crónica do que está bem. Importa não existirem motivos e fortes argumentos para ter de se fazer, por necessidade, a crónica do que está mal! ▲

## RISCOS DA OBESIDADE - I

Como qualquer colunista de um periódico de renome, a relação escritor/leitor, tem início na inerência de prover e obter informação. Com o passar do tempo torna-se possível uma relação de indubitável confiança, com base no teor e veracidade das palavras vociferadas pelo escrivão.

Pois bem, assim sendo, começo por apresentar-me. Marcos Assunção, de nome, Segundo-Sargento no Ativo, na Base Aérea n.º 11, sita em Beja, atualmente a exercer funções de monitor de educação física na mesma Unidade. Nos meus tempos de juventude fui praticante de futebol, atletismo, judo e jiu-jitsu. Neste momento, estou perante vós como colaborador do nosso periódico, para temáticas desportivas, bem-estar e saúde.

Com a evolução dos tempos, o Homem tem sabido colmatar as adversidades, por força das variadíssimas descobertas nos vários campos científicos. Em pleno século XXI, a Humanidade dotou-se de aparelhos e artifícios que visaram conferir melhor qualidade de vida, contudo, revelaram também a face de uma nova epidemia silenciosa, lenta mas também letal: A Obesidade.

O tempo do pião de madeira, da “macaca”, do berlinde já findou. Estes saudosos passatempos foram substituídos por “ipods”, “ipads” e outros infundáveis “gadgets”, dos quais não consigo sequer pronunciar o nome. São estes os tempos da evolução, que roubam aos nossos filhos, a possibilidade de brincar nas poças de lama, de descer vielas em carrinhos de rolamentos. São trocados agora por consolas e outros aparelhos eletrónicos sempre com mesmo elemento comum; permitem a diversão, o passatempo, **SEMPRE SENTADOS E SEM SAIR DE CASA.**

Pois bem, não são somente as nossas crianças que se deparam com esta situação, também nós, por força dos tempos, nos vimos privados de passar mais tempo com os nossos infantes, possuindo, cada vez mais, maquinaria para substituir a ação motora no nosso trabalho. Não é de estranhar o ganho de “alguns quilos” associados, à ausência de desempenho físico e tempo em demasia, sentados à frente de um computador. Aliado claro está, ao aumento do poderio económico das empresas de *fast-food* que promovem rapidez na confecção, mas, dissimulando os malefícios para a nossa saúde.

Mas como justificar o ganho de peso e gordura e associá-lo a uma má alimentação?

É simples, na verdade. Se tivermos em conta que um indivíduo, com cerca de 40 anos, com um tipo de ocupação sedentária precisa de cerca de 2500 kcal/diária, mas uma refeição de *fast-food* chegar facilmente às 2000kcal, torna-se fácil esta aritmética.

A obesidade contribui não só para problemas associados à constrição dos vasos sanguíneos, resultando daí doenças de origem vaso circular e respiratória, resultando em perda de qualidade de vida. É responsável por um aumento de células adiposas, relacionadas com doenças como diabetes (tipo II), cancro, hepatite e doenças de foro cardiovascular.

Por isso, levante-se, saia de casa. Uma caminhada diária de cerca de 1 hora pode queimar até 400 kcal. Contribui para um melhor desempenho motor, melhor vascularização, resultando assim, em bem-estar e melhor qualidade de vida.

Boas corridas e um abraço.

Marcos Assunção ▲

## Actividade ASSOCIATIVA

Conforme noticiámos na última edição do jornal "O Sargento", a intensidade da actividade associativa tem sido contínua e muito exigente. Como todos estarão recordados, desde outubro de 2011 que as matérias relativas aos militares têm ocupado quase diariamente as primeiras páginas dos jornais, espaços televisivos ou notícias radiofónicas.

Infelizmente, as razões que motivaram esta necessidade de visibilidade, não apenas se confirmaram como em muitos casos reforçaram a necessidade de termos de continuar a defender a Condição Militar. E, como desde há muito tempo, teremos de fazê-lo com todos os meios e mecanismos à nossa disposição

Dessa intensa e contínua actividade vos damos conta neste breve resumo.

21JAN - Início das comemorações do 121º aniversário do "31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento". Cerimónia comemorativa no Funchal. ANS representada por L. Coelho, M. Ramos e J. P. Santos;

23JAN - Reunião com um grupo de militares do Exército na sede da ANS;

25JAN - Audiência com grupo parlamentar do PSD. Delegação da ANS composta por L. Coelho, L. Bugalhão, M. Ramos e V. Geitoeira;

26JAN - Cerimónia comemorativa do "31 de Janeiro", em Lamego, conjuntamente com Vila Real. ANS representada por L. Coelho e J. Gonçalves;

27JAN - Cerimónia comemorativa do "31 de Janeiro," em Castelo Branco. ANS representada por L. Coelho e A. Martins;

28JAN - Concentração comemorativa do "31 de Janeiro", em Lisboa, no Largo de Camões;

29JAN - Entrevista em direto ao presidente da Direção da ANS na RTP, Delegação de Faro;

29JAN - Cerimónia comemorativa do "31 de Janeiro", em Tavira. ANS representada por L. Coelho e J. Gonçalves;

29JAN - Cerimónia comemorativa do "31 de Janeiro", em Monchique/Foia. ANS representada por L. Coelho e J. Gonçalves;

30JAN - Audiência com General CEME. Delegação da ANS composta por L. Coelho, M. Ramos, L. Bugalhão, E. Lopes e V. Geitoeira;

31JAN - Cerimónia evocativa do "31 de Janeiro de 1891", no Cemitério do Prado do Repouso, no Porto. ANS representada por J. P. Leitão;

31JAN - Cerimónia comemorativa do "31 de Janeiro", em Évora. ANS representada por L. Coelho e M. Ramos;

31JAN - Cerimónia comemorativa do "31 de Janeiro", no Porto. ANS representada por L. Coelho, M. Ramos, J. P. Leitão, J. Mota, A. Nabais, A. S. Silva e A. Guedes;

01FEV - Cerimónia comemorativa do "31 de Janeiro", em Estremoz. ANS representada por L. Coelho e L. Bugalhão;

01FEV - Cerimónia comemorativa do "31 de Janeiro", no Entroncamento. ANS representada por L. Coelho, M. Ramos, L. Bugalhão, M. Pereira e J. P. Silva;

02FEV - Debate na Assembleia da República sobre o Projecto de Amnistia. Dirigentes da ANS e da AP nas galerias do Parlamento;

02FEV - Cerimónia come-



Concentração comemorativa do "31 de Janeiro", no Largo de Camões, em Lisboa

morativa do "31 de Janeiro", em Leiria/Monte Real. ANS representada por L. Coelho e P. Contreiras;

03FEV - Cerimónia comemorativa do "31 de Janeiro", em Viseu. ANS representada por L. Coelho, P. Contreiras e R. M. Lopes;

04FEV - Cerimónia comemorativa do "31 de Janeiro", em Ponta Delgada. ANS representada por L. Coelho e M. Rocha;

05FEV - Encerramento das comemorações do 121º aniversário do "31 de Janeiro, em Angra do Heroísmo. ANS representada por L. Coelho;

07FEV - Reunião de Órgãos Sociais da ANS na sede nacional, em Lisboa;

09FEV - Reunião com um grupo de militares do Exército na sede da ANS;

10FEV - Reunião de militares na Junta de Freguesia da Amora. ANS representada por L. Coelho e A. Martins;

13FEV - Reunião de militares em Santo António, Barreiro. ANS representada por L. Coelho, A. M. Dias, A. C. Dias e A. Martins;

14FEV - Almoço com Sargentos do EMFA-Alfragide;

15FEV - Almoço com Sargentos da BNL-Alfeite;

16FEV - Participação do presidente da Direção da ANS no programa "Discurso Direto", da TVI;

16FEV - Concentração Contra as Regressões, junto da residência oficial do primeiro-ministro, em Lisboa;

22FEV - Cerimónia comemorativa do 37º aniversário do CSA, na sede social em Lisboa, com a presença do Almirante CEMA. ANS representada por L. Coelho e L. Bugalhão;

27FEV - Almoço com Sargentos do EMFA-Alfragide;

29FEV - Reunião da Comissão Executiva do Encontro Nacional de Combatentes/10 de Junho, na Base do Lumiar, em

Lisboa. ANS representada por L. Coelho e O. Lima;

29FEV - Cerimónia comemorativa do 12º aniversário da Associação de Praças, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por A. Taveira;

02MAR - Entrega de Queixa Coletiva Contra as Regressões, na Provedoria de Justiça. Delegação da ANS composta por L. Coelho, M. Ramos e A. Taveira;

06MAR - Reunião de Órgãos Sociais da ANS, na sede nacional, em Lisboa;

07MAR - Convívio organizado pela gerência do Clube de Sargentos na Base Aérea nº 1, em Sintra;

08MAR - Reunião do Conselho Consultivo do IASFA, na sede do CAS-Lisboa. ANS representada por L. Coelho e M. Ramos;

14MAR - Reunião conjunta ANS-AP, na sede da ANS, para analisar a problemática das leis referentes aos ex-combatentes.

No momento do encerramento desta edição estão em curso os preparativos para a realização do VI Encontro Nacional de Sargentos.

Para além de inúmeras reuniões descentralizadas e das Comissões Permanentes do Ramo, muitas outras actividades decorreram e outras se preparam.

Todos os esforços são importantes e necessários para fazer face aos agravamentos que todos temos enfrentado. Contudo, e sem querermos ser fatalistas, um cenário muito mais difícil se avizinha. Impõe-se que nos disponibilizemos para, unidos e determinados, fazermos frente às dificuldades. ▲

## Cartas dos Leitores

Senhor Director,

Sou militar na reserva, fora da efetividade de serviço, e fui daqueles que me vi envolvido no processo kafkiano das colocações na tabela de vencimentos e da sua recente alteração com a retirada do local em que me encontrava (julgava eu por direito) e, por isso, me vejo agora com menos dinheiro, para além de todas as outras formas com que, a par da maioria dos portugueses, também tenho sido prejudicado.

Mas decidi enviar esta carta com pedido de publicação (se possível) porque, numa visita recente a uma unidade militar, estive a ler o nº 612 do "Jornal do Exército" (Dezembro de 2011) em que se anuncia a chegada do novo CEME. Para além de ler a mensagem de Natal do novo CEME, estive também a ler o editorial (informar para bem servir) e não pude deixar de sentir uma grande indignação ao ler este artigo, da autoria do senhor Coronel Madaleno Geraldo, quando relatando a chegada do novo CEME ao Estado-Maior do Exército "no render da sentinela", como lhe chamou, refere palavras do General CEME quando lembrou o que refere Maquiavel, na sua Arte da Guerra, Livro I: "Deve ensinar-se ao soldado a honrar e a recompensar

a virtude, a não desprezar a pobreza, a estimar-se mutuamente e a preferir sempre o bem comum às vantagens particulares". Será que o senhor general se esqueceu que os chefes militares aceitaram para si benesses que sabem que não se aplicam aos seus militares? Os mesmos militares que os chefes aceitaram que fossem recuados aos níveis de 2009? Aonde é que fica aqui a tal referência de "preferir o bem comum às vantagens particulares"? As despesas de representação não significam vantagens particulares?

Compreendo que se procurem palavras bonitas para os discursos de circunstância, mas a minha indignação deve-se ao facto de saber que aquelas palavras não estão de acordo com a prática do dia-a-dia deste e dos outros chefes militares quando aceitaram para eles aquilo que sabem que não se aplica aos seus subordinados. Não tratem os seus subordinados como mentecaptos.

Agradeço a possibilidade da publicação desta singela carta, que mais não é do que um desabafo da minha grande indignação, e faço votos de que continuem no bom trabalho de defesa dos militares, como têm feito.

Melhores cumprimentos

Leitor devidamente identificado ▲

## OITAVA ÚNICA E SEM CANTO

Não falta com razões quem discorde  
Do rumo a que o País se destina  
Que a todo o povo que Abril recorde  
Decerto que esta política desatina,  
Compreende-se que a burguesia não concorde  
E que com o poder do povo, bem afina.  
Vendem o povo, o país e se convém  
Venderão o pai e a mãe também.

Entroncamento, 16 de Dezembro de 2011

Poema de autoria do nosso associado **José Antunes Nunes Silva Filipe**, inspirado numa oitava do Canto IV dos "Lusíadas", onde Camões se refere aos nobres feudais que se passaram para o lado do rei de Castela. ▲



# Subsídio por morte severamente afetado

Para além de todas as dificuldades que a Lei 64-B/2011, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2012), trouxe, afetando severamente a qualidade de vida da esmagadora maioria das famílias portuguesas, incluiu também uma alteração que afetará profundamente a expectativa dos cidadãos que prestam serviço na administração pública, nomeadamente os seus cônjuges e dependentes sobreviventes. Curiosamente tal alteração não foi nunca devidamente publicitada pelos seus autores, mantendo-a quase "desconhecida" e disfarçada entre artigos da nova lei do orçamento. Se é bem verdade que esta alteração atinge todos os servidores da administração pública em geral, terá sobre os militares e os agentes das forças e serviços de

segurança um impacto muito maior, por força das características da sua missão de muito maior exposição ao risco da própria vida, no ato de serviço público que prestam aos portugueses.

Falamos particularmente dos artigos 52.º e 53.º, que passamos a transcrever para melhor análise e entendimento:

#### «Artigo 52.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro

O artigo 83.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, passa a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 83.º

1 - As pessoas de família a cargo dos aposentados terão direito a receber, por morte destes, um subsídio correspondente a um número de pensões igual ao dos meses de vencimento que a lei concede por

morte dos servidores no activo, com o limite máximo de seis vezes o indexante dos apoios sociais.

2 - ... »

#### Artigo 53.º

Alteração ao Decreto -Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro

1 - Os artigos 7.º e 14.º do Decreto -Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro, passam a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 7.º

O subsídio por morte é igual a seis vezes o valor da remuneração mensal, susceptível de pagamento de quota para a Caixa Geral de Aposentações, a que o funcionário ou agente tem direito à data do seu falecimento, com o limite máximo de seis vezes o indexante dos apoios sociais.»

#### «Artigo 14.º

1 - ... »

2 - O valor do reembolso das despesas de funeral, deduzido o valor do subsídio de funeral, é

igual ao subsídio por morte não atribuído.

3 - ... »

2 - As alterações introduzidas nos artigos 7.º e 14.º do Dec-Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro, apenas são aplicáveis às prestações referentes a mortes ocorridas após a entrada em vigor da presente lei.»

Começa por ser necessário referir que a esmagadora maioria dos cidadãos não tem ideia do que é o "indexante dos apoios sociais" e muito menos tem a noção do seu real valor. Cabe também aqui informar que o dito IAS tem um valor significativamente inferior ao do Ordenado Mínimo Nacional.

Mas tornemos esta questão mais perceptível com a utilização de um exemplo prático. Até 31 de Dezembro de 2011, pelo óbito de um funcionário ou agente servidor do Estado, que auferisse uma remuneração líquida mensal de 2.000€, conferia ao cônjuge o recebimento de seis vezes o valor desse vencimento base, ou seja um

total de 12.000€ a título de subsídio por morte.

Para o cônjuge sobrevivente de um funcionário ou agente servidor do Estado que tenha falecido após 1 de Janeiro de 2012, o subsídio por morte será de seis vezes o indexante de apoios sociais (IAS), cujo montante é de 419,22€, ou seja um total de 2.515,32€, uma vez que é este o limite estabelecido pela alteração do OE2012. Valor que mal chega para suprir os custos de um funeral.

Sabendo que atualmente decorrem cerca de seis meses até que o processo de atribuição de pensão de viuvez ao cônjuge sobrevivente esteja concluído, é fácil de antever as enormes dificuldades que enfrentarão aqueles que, para além de estarem a sentir as medidas restritivas conhecidas pela maioria dos portugueses que não têm estatuto de excepção (ou mais eufemisticamente de adatação), têm de lidar com a dor da perda de um ente querido. ▲

## PROTOSCOLOS ANS

Tem sido prática corrente, desde há alguns anos, celebrar protocolos com entidades comerciais e/ou de prestação de serviços que possam ser interessantes para os nossos associados, sempre baseados em duas premissas:

a) O tipo de protocolos que procuramos/aceitamos será do género que beneficie direta e exclusivamente os nossos associados, sem qualquer benefício colateral para a ANS.

b) Não temos estrutura administrativa que nos permita aferir/conferir números de adesões aos protocolos, daí que não aceitemos promoções/descontos dependentes de números de adesão.

Esta área de trabalho tem sido difícil de manter na lista de pri-

oridades dos mesmos dirigentes associativos, que têm de estudar legislação, organizar eventos, deslocar-se por todo o País, ir a reuniões, debates, audiências, etc.

Contudo, o agravamento das condições de funcionamento da ADM, o encarecimento geral de bens e serviços, e os cortes graves nos rendimentos, obrigam-nos a uma "ginástica" muito mais intensa na senda de poupar e cortar despesas. A tua Associação representativa quer contribuir para esse necessário esforço de todos nós, intensificando e alargando a rede de Protocolos.

Procuraremos passar a divulgar esta vertente mais e melhor, quer no jornal "O Sargento", na página Internet [www.ans.pt](http://www.ans.pt),

quer através dos nossos boletins eletrónicos por email.

Também aceitaremos sugestões dos associados. Se na localidade em que residem ou prestam serviço (ou outra) existe um bem ou serviço que usem habitualmente, e cuja empresa que comercializa o mesmo estiver disposta a estabelecer um protocolo, façam-nos chegar essa informação através de [contacto@ans.pt](mailto:contacto@ans.pt).

Se for uma empresa de âmbito Nacional tanto melhor.

Procuraremos assim contribuir de forma positiva no balanço económico tão urgente dos nossos orçamentos familiares.

Para além dos novos protocolos apresentados, estamos já em contato com outras empresas que brevemente farão parte desta lista, assim como estamos a rever/melhorar as relações com empresas protocoladas anteriormente.

Paulo Contreiras

Vice-presidente da Direção ▲

## NOVOS PROTOCOLOS CELEBRADOS



### Instituto Quintino Aires

Serviço de Psicologia e Neuropsicologia  
[www.quintinoaires.pt](http://www.quintinoaires.pt)  
Av. Almirante Reis 106-3º  
1150-022 LISBOA  
T. 218124226 [quintinoaires@quintinoaires.pt](mailto:quintinoaires@quintinoaires.pt)  
Rua Formosa 253-3ºD 4000-258 PORTO T. 222016312  
[porto@quintinoaires.pt](mailto:porto@quintinoaires.pt)  
**Desconto de 50% nos preços tabelados para associados e familiares.**



### Valle dos Reis

Residências Sénior Assistidas  
[www.valledosreis.com](http://www.valledosreis.com)

Av. António dos Santos, n.º36  
2000-074 SANTARÉM  
T. 243377803 F.243377804  
[valledosreis@enfis.pt](mailto:valledosreis@enfis.pt)

**Desconto de 5% na joia e mensalidade para associados e conjugue.**



### Emara Travel

Viagens e Turismo Lda.  
Av. República 41-3º  
Sala 306, 1050-187 LISBOA  
[www.emaratravel.pt](http://www.emaratravel.pt)  
T. 210995590 F.211918699  
[geral@emaratravel.pt](mailto:geral@emaratravel.pt)  
**Desconto de 5% a 8% em vários Operadores Turísticos.**

**Desconto de 8 a 10% na programação própria.**

**Desconto de 6 a 8% em Rentacar.**

**Desconto de 8 a 10% em Hotelaria Nacional e Internacional. ▲**

## Protocolos ANS

### Águas do Gerês – Hotel, Termas e Spa

Condições especiais  
Contactos:  
Tel: 253 391113 / 253 390190  
ou [info@TermasdoGeres.pt](mailto:info@TermasdoGeres.pt)

### Automóveis Escapes

■ ENTOESCAPES, LDA  
Zona Industrial do Entroncamento, EN 3  
2330-909 Entroncamento

### Acessórios

■ GRACIAUTO  
Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (Gaveto)  
2330-141 Entroncamento

### Videoclube

■ CINETEKA.COM  
Parque das Nações, Av. do Mediterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E  
1990-155 Lisboa

### Aventuras Submersas

■ HALIOTIS  
Av. Monsenhor Manuel Bastos, Hotel Praia Norte  
2520-206 Peniche

### Centro Médico Dentário

■ LUBIDENTE  
Rua Professor Noronha Feio, 12-A  
2795 Queijas

### Psicólogo

■ José de Oliveira F. Gonçalves  
Rua João Pinto Ribeiro, Lt. 2-10.º C  
1800-233 Lisboa

### Gabinete de Psicologia

■ Mestre Francisco Pereira  
Orientação Vocacional e Profissional, Avaliação Psicológica, entre outras áreas.  
Em Lisboa, junto à saída do Metro em São Sebastião  
TM – 913 120 007

### Gabinete de Psicologia e Apoio Educativo

■ QUERER SORRIR  
Rua Júlio Lourenço Pinto, 176 J  
4150-004 Porto

### Pneus para Automóveis

■ SULPNEUS  
Rua Álvaro Ferreira, 7 Zona Industrial St. Marta do Pinhal  
2855-591 Corroios

**Informa-te junto da ANS ▲**

## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS



## CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 1 do art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Barão de Sabrosa, n.º 57 - 2.º, em Lisboa, no dia **10 de Abril de 2012**, pelas 18.00 horas, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 2011
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o ano de 2012

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 26 de Março de 2012

O Presidente da Assembleia Geral em Exercício

José Fernandes Gonçalves

## As regressões não são uma inevitabilidade!

Os Sargentos de Portugal mais uma vez disseram presente. Cerca de um milhar responderam ao apelo da ANS concentrando-se em várias localidades do Continente e Regiões Autónomas, no dia 16 de fevereiro de 2012.

Em Lisboa a concentração decorreu junto à residência oficial do primeiro-ministro, entre as 18H00 e as 20H00, tendo uma delegação da ANS, constituída pelo presidente da Direção, Lima Coelho, e pelos vice-presidentes, Mário Ramos e Luís Bugalhão, sido recebidos pelo assessor militar de Passos Coelho, General Carlos Chaves, a quem foi entregue um documento contendo os aspetos mais significativos que estão na origem da insatisfação que se vive nas Forças Armadas.

À mesma hora, e em solidariedade com os camaradas concentrados em Lisboa, decorreram concentrações no Porto, em Braga, Viseu, Leiria, Entroncamento, Évora, Beja, Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.

No documento entregue na residência oficial do primeiro-ministro, a ANS afirma:

*“A Instituição Militar não pode estar em reestruturação permanente, mas é assim que tem estado pelo menos nos últimos oito anos, com a agravante de essas reestruturações se resumirem a alguns aspetos inconsequentes, originando desarticulações atrás de desarticulações. Cabe aqui recordar que em 2009 foi aprovado na Assembleia da República, com os votos do PS, PSD e CDS-PP, um conjunto de legislação em que se incluiu a criação do Estado-Maior Conjunto que, para além de caro, parece agora ser também considerado desnecessário. Acresce que de cada vez que é anunciado que algo vai mudar o que na realidade acontece é que algum direito é cortado, ficando todo o resto na mesma”.*

Sobre as malfadadas regressões na Tabela remuneratória Única, a ANS afirma no do-

cumento entregue:

*“Os três ramos das Forças Armadas publicaram recentemente listas de pessoal que irá regressar na sua posição da Tabela Remuneratória Única, dando assim sequência ao Despacho Conjunto dos ministérios das Finanças e da Defesa Nacional (ainda não publicado em Diário da República). São por esta via penalizados com as regressões cerca de quatro mil militares dos Quadros Permanentes. Os militares abrangidos encontram-se na atual posição remuneratória há cerca de dois anos, pelo que a regressão na sua posição da Tabela Remuneratória Única abala a segurança individual e familiar, contraria o vínculo e expectativas estabelecidas com fortes reflexos na coesão e na disciplina das Forças Armadas.*

*O Despacho Conjunto reconhece que na origem desta situação, no início de 2010, e no seu prolongamento no tempo, estão omissões regulamentares de quem tinha competência na matéria.*

*Sendo estas omissões da responsabilidade do legislador, não é justo nem correto que sejam penalizados aqueles que em nada contribuíram para o aparecimento das alegadas anomalias detetadas.*

*Ao discordar da medida que implica regressão relativamente ao posicionamento na Tabela Remuneratória Única, fazêmo-lo com a força da razão moral que nos assiste porque, mesmo antes da aprovação do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de Outubro, lhe apontámos graves erros de formulação que o tornavam, na prática, ingerível. Tudo fizemos para que em tempo útil fosse feita a sua correção, incluindo o apelo em documento escrito, no sentido da suspensão de eficácia da sua aplicação.*

*Infelizmente não foram atendidos, nem entendidos, os nossos apelos e alertas.*

*É nosso profundo entendimento que tais regressões violam disposições e princípios legais e constitucionais, razão pela qual nos temos vindo a bater para que não venham a concretizar-se.” ▲*



## As Forças Armadas não são insustentáveis...

## São uma necessidade!

**“**Constitucionalmente incumbe às Forças Armadas a Defesa Militar da República e estas estão exclusivamente ao serviço do Povo Português, razões pelas quais compete ao governo, em nome da Nação, atribuir-lhe em todas as circunstâncias os meios tidos por necessários para que, a todo o momento, possam desempenhar com êxito a sua missão. Caso contrário, são a soberania e a independência nacionais que serão seriamente afetadas, senão mesmo postas em causa”, afirmou a ANS no documento dirigido ao PM, entregue durante a realização da concentração do passado dia 16 de Fevereiro.

No mesmo documento adianta a ANS:

*“O senhor Ministro da Defesa Nacional anunciou recentemente que o governo estava a preparar uma reforma das Forças Armadas por estas serem insustentáveis.*

*Tal afirmação não pode deixar de nos preocupar pois, não sendo as Forças Armadas uma instituição que faça cobranças pelas missões que constitucionalmente desempenha - Protecção da Zona Económica Exclusiva, Protecção do Espaço Aéreo, Missões de Busca e Salvamento, Protecção das Populações em Casos de Calamidade Pública, Evacuação de Doentes e/ou Acidentados, Transporte de Órgãos, Apoio às Populações, etc. -, qual será então o alcance desta dita reforma?*

*Reformar as Forças Armadas implica partir da definição de um novo Conceito Estratégico de Defesa que identifique os potenciais perigos e os objetivos a perseguir para os enfrentar, nomeadamente o dispositivo de forças, os meios e as alianças necessários para o cumprimento das missões que lhe venham a ser exigidas.*

*Não têm os portugueses conhecimento que tal esteja a ser estudado ou em execução, pelo que o anúncio público como o que foi feito pelo senhor Ministro da Defesa Nacional leva-nos a pensar que o que está em marcha serão apenas cortes pouco criteriosos no actual dispositivo de forças e, sendo assim, não estamos perante uma reforma mas sim em face do desmantelamento de parte das Forças Armadas, reduzindo a sua capacidade para o cumprimento das missões constitucionalmente afetas, principalmente as missões de interesse público e de apoio às populações, já que não é de crer que seja reduzida a capacidade para as missões das forças destacadas no exterior.”*

*À saída da reunião com o assessor militar do primeiro-ministro, Major-General Carlos Chaves, sobre esta matéria, Lima Coelho afirmou à Comunicação Social: “As Forças Armadas não são descartáveis, são uma necessidade, razão pela qual a sua estabilidade é fundamental”. ▲*

**25 de Abril**



**NO DIA 25 DE ABRIL VAMOS DESFILAR NA AVENIDA DA LIBERDADE!  
EM DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR  
E DOS DIREITOS DA FAMÍLIA MILITAR!**

**Concentração às 14H45 junto ao edifício do DN**